

A RENTABILIDADE DO CACAU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE – HIPÓTESES DE EXPLICAÇÃO

Maciel Morais Santos *

Em África, a plantação de café e cacau em grande escala começou na colónia portuguesa de S. Tomé e Príncipe. Durante alguns anos das décadas 1900-1910, as duas ilhas tornaram-se no maior produtor mundial de cacau, o que significa que os seus cerca de mil quilómetros quadrados chegaram a exportar mais do que estados como o Brasil, o Equador ou a Venezuela.¹ S. Tomé foi também a região produtora mais directamente associada à persistência do trabalho não livre. O estatuto da sua força de trabalho foi internacionalmente questionado desde 1878, período em que todas as figuras jurídicas da servidão foram oficialmente extintas nas colónias portuguesas, até praticamente 1974.

A combinação entre a importância que adquiriu no mercado mundial do cacau e a persistência de plantações escravagistas aparece frequentemente como uma limitação de S. Tomé. Considerando que as formas do trabalho não livre foram desaparecendo em todas as regiões tropicais, é facilmente estabelecido umnexo causal entre a perda da sua importância no mercado e a incapacidade de as administrações das roças solucionarem a *"questão dos braços"*.

Os pontos que se seguem pretendem focar apenas o ciclo do cacau e avaliar a validade de alguns factores envolvidos nesta associação causal. A avaliação parte do pressuposto de que este ciclo produtivo, tal como o do café, se desenvolveu exclusivamente na qualidade de investimento num mercado concorrencial. Como tal, é

* Centro de Estudos Africanos U.P.

¹ Para as exportações mundiais por países entre 1765 e 1914, CLARENCE-SMITH, 2000: 234-239.

em função da taxa de lucro e das condições de acumulação de capital que as suas características deverão ser consideradas.

1. O ciclo do cacau e a sua explicação pelos custos de produção

As explicações que associam o declínio de S. Tomé no mercado mundial do cacau ao trabalho “escravo” centram-se sobre duas variáveis dos custos de produção: os encargos de exploração e a produtividade agrícola.

Para os “roceiros” que publicaram monografias, a principal dificuldade da agricultura das ilhas era o custo da chamada “*mão de obra directa*”, especialmente devido aos encargos de recrutamento. Enquanto puderam admitir que na origem do recrutamento estava o resgate de escravos, queixavam-se de receber trabalhadores caros, doentes e incapazes². Depois, consideraram-se afectados pelo que custava a refutação das acusações de escravatura: em salários nominais, repatriações, embargos repetidos ao recrutamento³, etc. Com poucos e maus “serviçais”, a produtividade teria sido quase sempre baixa embora não fossem só os custos salariais a agravar os encargos de exploração. Os cultivos organizados no regime de plantações exigiam um investimento intensivo de capital, tanto em instalações como na preparação dos solos, e todos os fornecedores de bens de capital fixo estavam a longas distâncias. Assim, só através de grandes imobilizações de capital se tornava possível explorar as riquezas das ilhas, numa paisagem “*très pauvre quant aux moyens matériels d’en tirer parti*”⁴. Em resumo, a combinação entre custos laborais crescentes e investimentos de longa rotação nunca teria permitido a prosperidade de que falavam os seus detractores.

A historiografia mais recente retomou parte destas explicações. As afirmações sobre o custo dos trabalhadores foram reforçadas: a sua importação teria constituído a principal desvantagem concorrencial de S. Tomé face à pequena exploração, tanto a sul-americana como a dos países do Golfo da Guiné. Neste ponto, a diferença entre estas

² “Eles são geralmente o refugio das populações africanas, o que mais inferior ou humilde havia na sua tribo...Posto isto, não será de estranhar que os individuos d’esta classe apresentem o aspecto mesquinho ou degradado, que já se lhes tem notado.” NOGUEIRA, 1885: 418-419.

³ MANTERO, 1911: 16-17.

⁴ MANTERO, 1911: 17

explicações e as dos lobbies “roceiros” reside apenas no estatuto *de facto* dos “serviçais”: por se tratar de uma escravatura disfarçada, estes teriam, para além de maiores custos, uma produtividade inferior à do trabalho assalariado.⁵ Plantações de capital intensivo também não teriam sido o modelo de exploração mais eficiente visto que a pequena agricultura camponesa, mais respeitadora da ecologia tropical, conseguia melhores resultados. Em resumo, as explorações de S. Tomé teriam sido, por um lado, não suficientemente “capitalistas”, por dependerem de uma escravatura residual e, por outro, demasiado “capitalistas”, pela sua intensidade excessiva de capital fixo.

Estas explicações implicam que a taxa de lucro do cacau de S. Tomé fosse maioritariamente determinada por variações de “inputs”: dos preços dos “factores” – especialmente da força de trabalho importada – e/ou do rácio entre os volumes físicos dos “factores de produção” e do produto. Com uma exploração assente nas plantações “escravocratas”, os dois tipos de variações tenderiam a agravar os custos de produção.

A observação das estatísticas da produção de cacau – tanto quanto estas se podem estimar através dos registos alfandegários – parece ser, por si só, pertinente na discussão sobre a rentabilidade.

Segundo os registos da exportação, não pode haver dúvidas sobre a intensidade da variação cíclica do produto que se seguiu aos anos 1910-14. Entre a média decenal de 1905-14, que inclui os máximos de exportação, e a de 1945-54, existe uma diminuição de cerca de 73%.

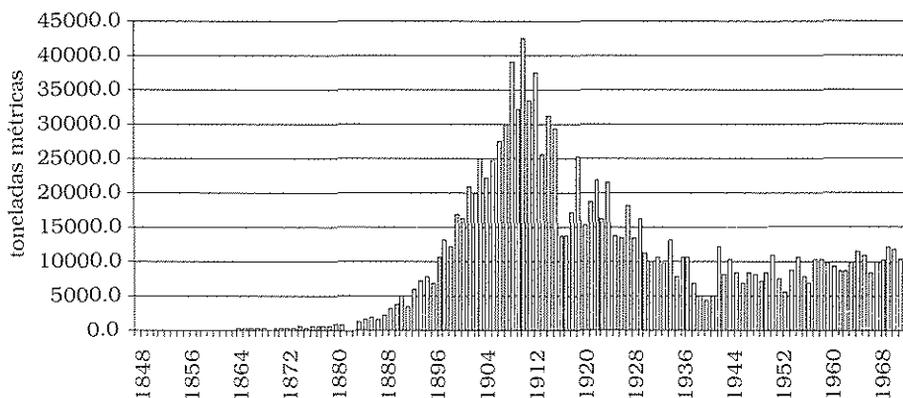
Quadro 1 – S. Tomé e Príncipe – exportação de cacau

Década	Média em toneladas	Varição percentual sobre a década anterior
1905-14	31 409,4	
1915-24	21 206,7	-32,5
1925-34	14 501,8	-31,6
1935-44	8 543,7	-41,1
1945-54	8 381,5	-1,9
1955-64	8 849,3	5,6
1965-74	10 481,4	18,4

Fontes: até 1939. MINISTERIO DAS FINANÇAS, 1907-30; DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1931-38; entre 1939-73. COLÓNIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 1950-73; para o ano de 1974, FAO, <http://apps.1.fao.org>

⁵ “Os erros no equipamento e na tecnologia e os elevados custos da terra e do crédito desempenharam um papel importante, mas o que se pretende aqui argumentar é que o cerne do problema da ineficácia das plantações portuguesas (de S. Tomé)

Gráfico 1 – S. Tomé e Príncipe – exportação de cacau. 1848-1974



Contudo, verifica-se que a produção de cacau não desapareceu nas décadas seguintes: a tendência negativa diminuiu de intensidade durante a década 1945-54 e houve uma inversão de tendência nas seguintes. Os números da exportação mostram que o movimento ascendente do produto se reiniciou a partir de 1942 e que até 1974 tendeu a crescer a uma taxa anual da ordem dos 2%⁶. O fim da fase ascendente do ciclo não levou portanto ao fim da economia de plantações e durante a última década de administração colonial (1965-74), a média anual do produto foi 3,5 vezes superior à da década 1885-94.

Esta configuração do ciclo torne insuficientes as explicações anteriores. Mesmo considerando que o cacau de S. Tomé era uma mercadoria produzida quase exclusivamente por sociedades anônimas (que dispõem da capacidade para investir durante mais tempo com retornos inferiores à taxa média de lucro), vê-se que custos de produção em alta e produtividades por hectare em baixa durante as cinco décadas entre 1920-70 seriam, por si só, contrários à estabilização do capital investido. Contudo, a própria explicação do ciclo baseada na diminuição da produtividade agrícola das plantações obriga a admitir que qualquer recuperação da fertilidade dos terre-

reside no seu sistema de trabalho coercivo. Adam Smith estaria, afinal, certo quando afirmava que o trabalho livre é sempre mais barato que o trabalho escravo". CLARENCE-SMITH, 1990: 152.

⁶ A taxa de crescimento anual, estimado por uma regressão polinomial de grau 3 é 1,60%. R2 = 0,3256. A taxa estimado entre valores extremos é 2,81%.

nos (como a que aconteceu nas décadas 1950-60), só fosse possível através de – no mínimo – uma reposição do capital por hectare. Como parece improvável que tal acontecesse com benefícios sistematicamente decrescentes, torna-se então evidente que os factores que impediram que a produção se mantivesse nos níveis anteriores à I Guerra têm que ser dissociados dos que determinaram a rentabilidade do investimento.

Na medida em que a taxa de lucro dos capitais agrícolas e, especialmente dos capitais agrícolas coloniais, apresenta especificidades que tornam insuficiente a explicação do ciclo pelos custos de produção, o ponto seguinte enquadra a rentabilidade do cacau no contexto das rendas diferenciais.

2. Lucro e renda diferencial

2.1. A formação da renda diferencial

Nos capitais agrícolas, é mais fácil manterem-se rentabilidades acima da taxa geral de lucro que nos restantes ramos de investimento. Além disso, as fracções do lucro acima da média podem ter de ser divididas com terceiros (deduções fiscais exceptuadas) e não tendem a ser niveladas através de transferências de capital.

Estas especificidades derivam de os ramos da produção agrícola – tal como da produção mineira – serem actividades exercidas sobre terrenos, cuja superfície é sempre limitada por direitos de propriedade. Uma vez que os terrenos têm localizações e fertilidades desiguais, fracções idênticas de tempo de trabalho agrícola podem obter produtos desiguais. As diferenças de produtividade agrícola resultam exclusivamente do modo como os elementos naturais (situação geográfica, constituições químicas e físicas dos solos, clima, etc.) se combinam com o trabalho social mas não podem ser generalizadas devido à sua incorporação material nas propriedades.

Em função destes diferenciais de produtividade, os capitais que exploram os terrenos mais favorecidos obtêm excedentes de produto relativamente aos restantes. Contudo, dada a impossibilidade de a procura ser satisfeita sem se recorrer a propriedades agrícolas menos favorecidas, os preços reguladores em qualquer mercado são estabelecidos pelos piores terrenos cujo cultivo se torna socialmente necessário. Se a produção se fizer exclusivamente no modo capita-

lista, no qual todos os preços de produção tendem a incluir o lucro médio, o nível dos preços permite então que os rendimentos dos capitais que exploram os melhores terrenos contenham super-lucros, apropriáveis pelos investidores consoante sejam ou não proprietários fundiários. A barreira da propriedade impede que o preço de produção resulte da produtividade média e, uma vez que as diferenças entre lucros não podem ser perequadas, transformam-se em rendas⁷. Assim, este tipo de renda tem por base as diferenças entre os preços de produção individuais e o(s) preços de produção do(s) terreno(s) que estabelecem o preço de mercado⁸. Sendo dada essa diferença para iguais fracções de capital por hectare, a massa das rendas depende apenas das quantidades produzidas, o que se pode expressar pela equação (1):

$$Rd = (Pr - Pi) Q$$

na qual **Rd** representa a renda diferencial; **Pr**, o preço regulador do mercado; **Pi**, o preço de produção individual; **Q**, as quantidades produzidas.

Em qualquer mercado, a grandeza das rendas diferenciais é uma função dos capitais e terrenos em concorrência. No caso do cacau, todas as regiões produtoras eram exportadoras para apenas dois grandes de consumo (os E.U.A. e a Europa ocidental) de modo que qualquer variação de produtividade regional tenderia a afectar a massa do super-lucro apropriado pelo ramo.

⁷ A existência de rendas diferenciais assenta, por definição, na diferença entre produtos obtidos por iguais fracções de capital. Para que estas diferenças se estabeleçam, não é necessário que o preço regulador permita obter a taxa de lucro médio. Se historicamente acontecer que aos capitais agrícolas correspondam taxas de lucro médio inferiores à média geral – como parece ter sido o caso de parte das décadas de 1960 e 1970 – a existência das rendas diferenciais continuará a ser possível. Quando existem condições para que os diferenciais se mantenham acima do lucro médio, é igualmente indiferente para a existência dessas rendas que os super-lucros apropriados sejam depois redistribuídos pelo capital global de um dado mercado. A perequação pode fazer-se através dos benefícios de fundador associados à emissão de acções, à política de dividendos, etc.

⁸ O estado da procura pode fazer com que, mesmo nos piores terrenos – os que estabelecem o preço de mercado – os preços subam o suficiente para permitirem que uma parte do valor do produto seja transferida para o proprietário e sem que os capitais deixem de realizar o lucro médio. Para o caso histórico das plantações coloniais, pode fazer-se abstracção deste tipo de renda absoluta.

Dado que a renda diferencial consiste numa diferença multiplicada, em nenhuma exploração agrícola são as grandezas absolutas dos rendimentos por hectare ou dos custos que a determinam. Por exemplo, se para os capitais de S. Tomé, a diferença unitária ($Pr-Pi$) aumentasse e compensasse mais do que proporcionalmente uma diminuição das colheitas nas “roças” (Q), a massa da renda aumentaria, mesmo se todos os seus custos de produção também se elevassem de modo absoluto. Noutras conjunturas poderia ter acontecido o inverso: se para os capitais de S. Tomé, a diferença unitária ($Pr-Pi$) diminuísse numa proporção superior a um eventual aumento de Q , a massa da renda diminuiria, mesmo se todos os seus custos de produção também se tivessem reduzido de modo absoluto.

Na hipótese de a rentabilidade das plantações de S. Tomé incluir rendas diferenciais, deduz-se então que os capitais aí investidos beneficiaram de um considerável grau de autonomia relativamente à evolução dos seus custos operacionais.

2.2. A renda diferencial do cacau de S. Tomé

A desigualdade de rendimento, necessária para que se estabeleça uma renda diferencial sobre um terreno, resulta de dois factores que podem evoluir no mesmo ou em sentidos contrários: a localização e a fertilidade (natural ou artificial) ⁹.

A localização das plantações de cacau de S. Tomé era favorável: relativamente à maioria das suas concorrentes americanas e asiáticas ficavam a menos dias de navegação do principal centro da procura mundial, a Europa. Além disso, nenhuma tinha custos de produção onerados pelos encargos de um longo transporte terrestre até ao porto de embarque ¹⁰.

Abstraindo para já das eventuais diferenças de capital por hectare, há indicadores de que a fertilidade de S. Tomé também favoreceu a existência de rendas diferenciais.

⁹ A fertilidade está longe de ser uma característica exclusivamente natural. O clima, a composição química e física do solo são alteradas pelos cultivos e saber em que medida dois terrenos de igual fertilidade natural podem diferir depende dos progressos químicos e mecânicos da agricultura. Sobre a dificuldade em estabelecer diferenças de fertilidade “natural”, ver MARX, 1977: 595.

¹⁰ No caso de S. Tomé, a ausência de investimentos públicos em vias de comunicação foi tão prolongada que as vantagens naturais de localização se mantiveram decisivas durante grande parte do ciclo do cacau. Sobre as queixas dos roceiros a este respeito durante a década de 1900, CANCELA, 1902: PR.O. – F.O. 367/18.

Qualitativamente, porque o seu cacau conseguia, numa percentagem que chegou a 75% da produção, beneficiar de preços correspondentes à classificação “flavour”, cotação superior à de 1ª qualidade ¹¹.

Quantitativamente, porque as estatísticas da F.A.O. mostram que, entre os anos 1961-74, a sua produção de cacau por hectare foi em média de 0,31 toneladas, oscilando entre um mínimo de 0,24 (em 1963) e um máximo de 0,34 (em 1966). Isto significa que relativamente a 4 dos maiores produtores mundiais do ramo – dois dos mais antigos, a Venezuela e o Equador, e dois dos que sucederam a S. Tomé, o Gana e a Nigéria – a produção por hectare de S. Tomé nesses 14 anos foi em **13** superior à do Gana; em **12**, superior à do Equador e da Venezuela; em **7**, superior à da Nigéria. Visto que durante o mesmo período o conjunto destes quatro países representou cerca de metade da produção mundial ¹², a cotação do cacau parece ter sido determinada por terrenos de fertilidade inferior à de S. Tomé.

Ainda segundo as mesmas estatísticas, o rácio entre a produtividade de S. Tomé e a média do conjunto formado pelos 5 piores resultados por hectare oscilou, durante o período 1961-74, entre um mínimo de **3,2** e um máximo de **8,3**. Considerando que os piores produtores ¹³ teriam de atingir, no mínimo, a simples reprodução do capital para se manterem em actividade, uma tal diferença de rendimento é suficiente para concluir que, mesmo assumindo maiores investimentos de capital por hectare nas explorações de S. Tomé, estas beneficiaram de uma renda diferencial. Note-se que o rácio mais baixo – 3,2 – implica que as explorações de S. Tomé só não beneficiariam de uma renda diferencial se os seus custos de produção fossem 3,2 superiores à média dos 5 piores produtores. Como o rácio foi sempre superior (entre 3 e 8), torna-se impossível aceitar que os custos da força de trabalho – como se sabe, o principal factor apontado entre as desvantagens concorrenciais – tornassem os investimentos de capital por hectare em S. Tomé, 4, 5, 6 ou 8 vezes superiores aos dos piores produtores mundiais.

¹¹ MORBEY, 1991:14.

¹² Entre 1961-74 a média das percentagens do conjunto Equador, Venezuela Gana, Nigéria na produção mundial de cacau foi de 52,3%. Apenas nos anos 1973-74, a percentagem foi inferior a 49%.

¹³ Entre 1961-74, um total de 12 países incluiu alternadamente o grupo dos 5 piores: Tanzânia, República Centro-Africana, Uganda, Guiné Equatorial e Angola em África; Samoa Americana, Indonésia, Suriname e Sri-Lanka no grupo Ásia-Pacífico; Guiana, Cuba e Nicarágua no grupo americano.

Além disso, a produção média de 310 quilos por hectare mantida em S. Tomé no período final da administração portuguesa corresponde a menos de metade da média atingida no período anterior à I Guerra. Durante a década de 1900 o rendimento por superfície foi estimado entre 0,6 – 0,7 t/ha ¹⁴ e, na seguinte, pode ter sido superior ¹⁵. Mesmo que a fertilidade dos terrenos que na altura regulavam a cotação mundial fosse mais elevada (o que poderia ter diminuído a diferença **Pr-Pi**), as quantidades então produzidas pelas roças de S. Tomé maximizaram certamente a massa da renda diferencial.

Assumindo iguais ou aproximadas quantidades de capital por hectare entre os terrenos mais determinantes na fixação das cotações, pode deduzir-se destas diferenças de produtividade que o preço da tonelada de cacau produzida em S. Tomé incluiu uma renda diferencial, apropriada pelos accionistas das companhias roceiras. A contabilidade de uma das companhias – a Comp^a Agrícola das Neves ¹⁶ – permite uma primeira estimativa de como essa apropriação determinou a massa do lucro do cacau de S. Tomé.

Consistindo a renda diferencial numa diferença de preços multiplicada pela tonelagem produzida – **(Pr-Pi)Q** – pode começar-se por estabelecer se o lucro apropriado pela firma dependeu mais dos preços de venda ou das quantidades produzidas. Entre 1932 e 1959, os coeficientes de correlação verificados são: entre o preço de mercado da tonelada de cacau e a massa de lucro, **0,6030**; entre as quantidades de cacau vendidas e a massa de lucro, **-0,0811**. Assim, a autonomização do lucro relativamente às colheitas manifestou-se por uma correlação nula e parece que, pelo menos para a Comp^a das Neves, a diminuição da produtividade por hectare pouco poderá explicar sobre a rentabilidade do investimento.

¹⁴ Em toneladas por hectare, em 1881, a estimativa de Nogueira para a produção média da roça Monte Café foi de 0,79; em 1902, a de Cancela para o conjunto das roças, de 0,63; em 1906, a dada para a roça Boa Entrada, de 0,71; em 1908, a de Sousa e Faro para a roça Água-Izé, de 0,68. NOGUEIRA, 1885: 453. CANCELA, 193: 23. ROÇA BOA ENTRADA, 1906: 14. SOUSA E FARO, 1908: 147.

¹⁵ Em 1905, o relatório do cônsul inglês Nightingale permite calcular uma produção média de 0,45 toneladas por hectare para um conjunto de 57 roças das ilhas de S. Tomé e do Príncipe. Contudo, só 4 das roças com informação sobre o rendimento potencial eram apontadas como tendo atingido a produção máxima estimada. Na maioria dos casos, a área de cultivo era ainda diminuta ou os cacauzais não tinham ainda atingido a maturação. O rácio médio rendimento potencial / rendimento efectivo é **2,6**. ER.O. – *Foreign Office*, FO 367/18.

¹⁶ Para todas as séries apresentadas, COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1932-1969.

No entanto, saber que a rentabilidade dependia sobretudo dos preços de venda não é suficiente para deduzir a existência de uma renda diferencial. Em condições concorrenciais, preços e lucros estão correlacionados visto que a taxa média de lucro tende a transformar os custos em preços de produção. Em contrapartida, o que caracteriza um capital numa situação de renda diferencial é a desproporção entre, por um lado, o que seriam os seus custos de produção majorados pela taxa média de lucro e, por outro lado, os lucros realmente apropriados. A existir uma situação de renda no cacau de S. Tomé, o resultado esperado será encontrar que, por unidade de produto, os lucros variem menos com os custos de produção que com os preços de mercado.

Para verificar esta hipótese através da contabilidade da Comp^a das Neves, foram comparadas as séries unitárias dos preços de mercado do cacau, dos encargos de produção da firma e da massa dos seus lucros. Entre 1932 e 1959, por tonelada de cacau, os coeficientes de correlação verificados são: entre o preço de mercado do cacau e a massa de lucro, **0,6948**; entre os encargos de produção e a massa de lucro, **0,3311**. Verifica-se portanto que o principal factor da variação da massa do lucro por unidade não foi o nível absoluto dos custos de produção mas a diferença **Pr-Pi**. Este resultado indica também que, pelo menos para a Comp^a das Neves, os custos da força de trabalho, se bem que mais importantes que a produtividade por hectare, condicionaram menos a rentabilidade da exploração que o *windfall profit* trazido pela variação das cotações do cacau¹⁷.

Se a massa do lucro continha uma renda diferencial, o factor mais determinante da rentabilidade das firmas de S. Tomé estava fora das ilhas: consistia na relação entre a oferta e a procura mundial de cacau. A entrada ou a saída de cultivo de terrenos menos férteis afectaria o preço regulador mundial e teria, em geral, maiores efeitos sobre o lucro que qualquer variação ocorrida na grandeza das colheitas ou dos encargos de produção nas ilhas. Como dizia um dos administradores da Comp^a das Neves em 1961, quando a cotação do cacau baixou intensamente: “*o problema da agricultura de S. Tomé já não se resolve com economias*”.¹⁸

¹⁷ A regressão entre lucros (incluindo-se nestes as redistribuições pelos corpos gerentes e todos os impostos) e preços de mercado indica que, por tonelada de cacau, um aumento de 1.000 escudos no preço regulador levaria a um aumento de 316 escudos na massa do lucro. N = 27; R² = 0,8335.

¹⁸ COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1960: 17.

3. Rentabilidade e custos laborais

Reconhecer que na exploração de cacau o factor determinante na taxa de lucro foi a diferença de resultados obtidos através de iguais quantidades de capital e terra relativisa mas não desvaloriza totalmente a discussão sobre a grandeza dos custos de produção, que inclui os encargos laborais. Entre 1932 e 1961, na Comp^a das Neves, só os custos da força de trabalho directa representaram, em média, **71%** dos encargos totais (custos administrativos em Lisboa incluídos). Tratava-se, sem dúvida, da parcela com maior importância na formação do custo de produção do cacau das ilhas.

A explicação do ciclo do cacau de S. Tomé pelos custos de produção assenta em duas desvantagens atribuídas ao trabalho escravo: ser, ao mesmo tempo, mais caro e menos produtivo que o trabalho assalariado “livre”. Os pontos seguintes centram-se apenas nesta comparação e, para facilidade de exposição, assumem que a força de trabalho do cacau de S. Tomé teve sistematicamente custos de recrutamento e uma origem fora do mercado “livre”. Para efeito desta comparação, será portanto indiferente que a incorporação de trabalhadores se fizesse através da captura e venda de populações do interior de Angola, através do recrutamento repressivo conduzido pelas autoridades coloniais ou ainda através da emigração organizada de *coolies* (de Cabo Verde ou da China). Todas estas modalidades históricas de trabalho forçado poderão, para fins de exposição, ser simplesmente designadas por “trabalho escravo”¹⁹, independentemente do seu estatuto jurídico e a de a legislação colonial portuguesa ter sempre previsto o pagamento de salários monetários aos “serviçais”.

3.1. Os custos laborais – tendências e contra-tendências

Tanto os roceiros como a historiografia posterior estavam certos ao afirmar que o custo de produção em S. Tomé seria menor sem a necessidade de importar trabalhadores, fosse qual fôsse o seu estatuto *de facto*. Uma força de trabalho local evitaria os custos do

¹⁹ Atendendo a que todas essas forças de trabalho têm em comum custos de recrutamento a amortizar em mais do que uma rotação, poder-se-ia também considerá-las como formas de “trabalho pré-comprado”. Não sendo uma terminologia muito explícita, teria o mérito de definir o fenómeno através de um critério objectivo, o que evitaria as ambuidades associadas ao maior ou menor voluntarismo do “trabalho contratado” (o “indentured labour” inglês).

recrutamento (do resgate, no caso da compra de escravos), do transporte para S. Tomé (em qualquer caso de emigração) e da repatriação (no caso de verdadeiros assalariados). As administrações das roças tentaram sistematicamente formar um mercado de trabalho “nativo” embora só a partir da década de 1930 tivessem conseguido resultados.

Contudo, é preciso distinguir a comparação entre custos de trabalhadores locais e importados da comparação que se pode fazer entre custos de trabalhadores “livres” e “escravos”; só esta última é pertinente do ponto de vista da discussão entre eficiência de “modos de cultivo”. Nesta segunda comparação, devem distinguir-se três pontos, sem que para nenhum deles tenha sido ainda reunida informação suficiente:

- como evoluiu a rotação do capital materializado em cada “escravo, isto é, a combinação entre custos de recrutamento, custos de manutenção e tempo de vida útil;
- como cresceu a soma dos custos laborais de S. Tomé relativamente à dos outros trabalhadores do cacau ou à dos assalariados agrícolas fora dos trópicos;
- como variou a produtividade dos trabalhadores “escravos” relativamente à dos outros produtores.

3.1.1. A rotação do trabalho “escravo” em S. Tomé

A ponderação dos encargos laborais nos custos do cacau obriga a considerar as especificidades da rotação do valor dos “escravos” no modo capitalista de produção.

Á semelhança do que acontece com os verdadeiros assalariados, o custo de manutenção dos “escravos” representa uma parcela de capital que, ao criar uma mais-valia, se reproduz integralmente em cada rotação; quanto à circulação do valor, trata-se portanto de capital circulante. Por outro lado, os “escravos” representam activos que duram, em condições normais, mais tempo do que um exercício contabilístico. Os seus encargos anuais de amortização correspondem a uma fracção que tem por numerador o custo total de recrutamento (que inclui as despesas de aquisição, legalização, transporte (s)²⁰, etc.) e por denominador, o tempo de vida útil dos

²⁰ No caso dos “escravos de S. Tomé”, desde o decreto de 29/4/1875 que a legislação lhes conferia a figura de “contratados para prestações de trabalho”. Como tal, os custos do

trabalhadores; quanto à circulação do valor, trata-se portanto de capital fixo.

Na equação (2), designando por mv , a mais-valia ou massa do lucro; por v , o custo de manutenção; por k , o custo de recrutamento; por t o tempo de vida útil, então a taxa de lucro do investimento (TL) em “escravos” será:

$$TL = mv / (v + (k / t))$$

Estas duas determinações do trabalho escravo – por um lado, capital circulante, por outro, capital fixo – podem entrar em contração na formação da taxa de lucro. Mantendo-se constante o custo de manutenção, a taxa de mais-valia (mv / v) varia directamente com as cotações e quantidades dos produtos vendidos. Contudo, a taxa de lucro só varia directamente com a taxa de mais-valia se a rotação dos trabalhadores enquanto activos de capital fixo (k / t) não variar, mais do que proporcionalmente e no mesmo sentido, em denominador.

Assim, abstraia-se do restante capital de uma exploração agrícola e suponha-se que, em média, o produto anual de um “escravo” é de 2.000 escudos, sendo de 1.000 escudos o valor do trabalho necessário à sua manutenção: a taxa de mais-valia (m / v) será portanto de 100%. Se o custo de recrutamento do “escravo” tiver sido de 10.000 escudos e a sua vida activa fôr de 5 anos (o que poderá não ser exagerado, dadas a brutalidade do esforço e a taxa de mortalidade de muitas explorações tropicais), a taxa de lucro anual será de 33%. Considere-se agora a hipótese de o custo de manutenção não se alterar e de, na sequência de uma baixa das cotações dos géneros coloniais, o valor do trabalho anual do “escravo” diminuir para 1.500 escudos. Neste caso, a taxa de mais-valia (mv / v) diminuiria para metade e seria necessário multiplicar por 4 vezes a duração do tempo de vida útil do “escravo” para que a taxa de lucro de 33% se mantivesse. O mesmo aumento do tempo útil (t) seria necessário se, mantendo-se constantes as cotações dos géneros coloniais, os custos de recrutamento (k) e manutenção dos trabalhadores (v) duplicassem simultaneamente.

transporte incluíam a obrigação da repatriação sempre que não houvesse prorrogação dos contratos (art. 23º). BOLETIM OFICIAL DE S. TOMÉ. 1875: nº27. As despesas da repatriação só começaram a entrar nos custos de transporte a partir da década de 1900.

Nestas condições, três características da rotação dupla da força de trabalho “escrava” foram particularmente importantes em S. Tomé:

- 1) Na equação (2), t não é uma variável independente: o tempo útil do trabalhador é uma função de v , isto é, da grandeza e , sobretudo, do modo como eram afectados os custos de manutenção. Em função desta determinação, t transformou-se na variável da taxa de lucro mais facilmente controlada pelas administrações das roças. Note-se que mv dependia sobretudo das cotações do cacau e que tanto podia crescer com custos laborais em alta como em baixa; que v era composto maioritariamente pelos preços de mercadorias importadas (desde os medicamentos aos materiais de construção para instalações de “serviçais”); e que k era composto por preços de resgate e tarifas de transporte, formados fora das ilhas. Não podendo influenciar as cotações dos produtos nem os custos dos *inputs*, os roceiros podiam, em contrapartida, distribuir os custos de manutenção da sua força de trabalho em ordem à maximização do seu tempo útil: investindo para diminuir a taxa de mortalidade e de jornadas perdidas, para aumentar a taxa de natalidade²¹, etc. Por outras palavras, no trabalho “escravo” a utilidade marginal do capital v era também medida pelos seus efeitos em t . Sendo as decisões sobre as despesas de manutenção tomadas exclusivamente pelos proprietários dos “escravos”, a maximização de t era mais facilmente atingível do que seria no caso de a força de trabalho se formar à base de verdadeiros assalariados²². Com contratados fora do *truck-system*, as administrações das roças seriam menos

²¹ Os descendentes dos serviçais importados – “*tongas*” ou “*navios*” (se nasciam durante a viagem de ida) – que chegavam à idade adulta prolongavam a rotação do activo representado pelo custo de recrutamento dos seus progenitores.

²² A socialização dos custos de manutenção, característica do trabalho “escravo”, foi crescendo: em 1905, Nightingale relata que a muitas roças tinham adoptado o sistema de prepararem colectivamente as refeições, em vez de permitirem que os africanos as cozinhassem individualmente. Em geral, permitia aos roceiros ter forças de trabalho a custos inferiores às da agricultura da Metrópole (ver ponto 2.2) e, ao mesmo tempo, melhor cuidadas. Em 1873, a agência do Banco de Portugal em S. Tomé já relatava que “*Os srs. Almeidas em Água Izé...o sr. José da Costa Pedreira em Monte Café...e dezenas de outros (roçeiros), que é desnecessário citar, alimentam e vestem os seus trabalhadores acaso muito melhor do que os jornaleiros em Portugal podem alcançar pelas forças do seus salários.*” PR.O.– FO, 367/18; BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, 1873: 282.

capazes de influenciar os consumos da sua força de trabalho e correriam o risco de, pagando salários mais altos, se sujeitarem a tê-la menos saudável.

- 2) Sendo a manutenção dos “escravos” assegurada por um pequeno salário monetário e muitos complementos salariais em espécie (para além da alimentação²³, a quase totalidade das despesas de habitação, saúde, etc.) a composição orgânica do capital das roças tinha de ser relativamente alta. A maioria dos complementos salariais em espécie, de grande incidência na duração de *t*, derivavam de investimentos de capital fixo: construção de habitações de alvenaria, de instalações médicas, etc. Mas, precisamente por isso, a utilização do trabalho “escravo” permitia economias de escala. Os efeitos de escala decorrem do facto de muitas amortizações de bens de capital fixo entrarem directamente na taxa de mais-valia do trabalho “escravo”. É frequente considerar, com base na baixa composição do ramo do cacau (para o qual se pode entrar apenas com algumas ferramentas e uma concessão de terra²⁴), que as explorações são neutras relativamente á escala da exploração²⁵. Contudo, como no caso dos “escravos” os encargos de amortização de equipamentos sociais têm uma ponderação elevada nos custos de manutenção (como possivelmente também teriam no caso de assalariados migrantes), não é indiferente o total de trabalhadores por quem se distribui a depreciação dos bens de capital fixo. Com encargos de estrutura que, depois das décadas de 1900-1910 pouco devem ter variado, as roças com mais efectivos tiveram

²³ Parte da alimentação era directamente produzida pelos “serviçais” e parte (especialmente os cereais e o peixe) era fornecida pela roça. Tanto o auto-consumo como o pagamento em géneros reduziam a grandezas quase simbólicas a fracção do trabalho necessário expresso em moeda. Deve notar-se como, na taxa de lucro do trabalho “escravo” as decisões sobre a forma de concretização de *v* não são indiferentes: um aumento do auto-consumo equivalia para a roça à diminuição das despesas em dinheiro mas também do sobre-produto (sob a forma de géneros para exportação); inversamente, a diminuição do tempo destinado para a sua própria subsistência levaria a roça ao aumento das despesas em alimentos importados. A observação de séries mais longas de custos laborais deverá esclarecer em que medida a variação das cotações influenciou as administrações das roças na afectação do tempo de trabalho dos “serviçais”.

²⁴ CLARENCE-SMITH, William Gervase: RUF, François, 1996: 12.

²⁵ AUSTIN, Gareth, 1996: 169-70.

certamente vantagens concorrenciais, isto é, menores custos de manutenção por serviçal.

- 3) Nos encargos de amortização k / t , o denominador é formado por três variáveis da força de trabalho: a permanência, a utilização e a rotatividade. Assim, t variava directamente em função de quantos “escravos” se mantinham na roça, da quantidade e qualidade do seu trabalho anual e da periodicidade com que se renovavam os investimentos de recrutamento. Na equação (3), designando por S , o total anual de sobreviventes e residentes; por U , a média anual do aproveitamento laboral (quantidade x intensidade dos dias de trabalho); por $t_1...t_N$, os anos em que os activos correspondentes a k estiveram disponíveis, então o tempo de vida útil (t) de um investimento em “escravos” será:

$$t = (SU) t_1 + (SU) t_2 + (SU) t_3 + \dots (SU) t_N$$

A variável S era determinada pelos efeitos da mortalidade mas também das fugas, um dos melhores indicadores das atitudes laborais dos “serviçais”.

A variável U era determinada pelos efeitos da usura física mas também psíquica; para além dos acidentes e doenças, uma parte importante dos dias perdidos devia-se a atitudes de rejeição do trabalho. Juntamente com simulacros de lesões e doenças psicossomáticas, muitos serviçais desenvolveram modos de se desvalorizarem enquanto activos: o alcoolismo e a geofagia²⁶.

A variável t_N – o tempo total do contrato – reflectia igualmente as respostas dos “serviçais” ao que a roça lhes tinha oferecido. Assumindo a repatriação possível mas não obrigatória, a racionalização do investimento em “escravos” seria tanto maior quanto os recontratos e a fixação definitiva de serviçais pudessem evitar as substituições de efectivos no Continente.

Deste modo, as três variáveis S , U e t_N reflectiam a capacidade organizacional da roça para a maximização física e psíquica da sua força de trabalho, o que constituía um incentivo ao investimento logístico.

²⁶ Para a administração da roça Boa Entrada, a ingestão de terra era uma dependência “não menos prejudicial do que o alcoolismo”. Sobre os seus efeitos na debilidade e mesmo na mortalidade (sobretudo infantil), ROÇA BOA ENTRADA, 196: 46-48; P.R.O. – FO 367/18.

*

Com maior ou menor consciência destes factores, a partir da década de 1900 quase todas as roças tenderam a elevar a sua composição de capital e a sua escala de produção. Abstraindo das fusões e dos emparcelamentos, a elevação de capital afectou sobretudo o que se pode designar por equipamentos sociais²⁷. A maioria das residências provisórias (“sanzalas” de madeira, telhados de chapa e outros materiais “nativos”) foram substituídas por edifícios de alvenaria e telha, os custos fixos hospitalares aumentaram com construções novas (hospitais, dispensários, maternidades) e pessoal permanente (médicos e enfermeiros), os cuidados infantis levaram à construção de creches, etc.²⁸ Os resultados desta “filantropia”, na qual também participaram os orçamentos públicos (como no caso da campanha do Príncipe contra a doença do sono) não demoraram a manifestar-se.

Tanto quanto se pode avançar a partir de amostras avulsas, **S** – especialmente através do factor representado pela taxa de mortalidade – foi a variável mais afectada. As décadas iniciais (1880-90) parecem ter sido as piores do ciclo do cacau: em 1882, um relatório da Curadoria dava taxas de mortalidade de 18,7% para os homens, 28% para as mulheres e 25% para os menores; entre 1890 e 1905, a Roça Boa Entrada teve uma média de 10,7%, tendo em alguns anos chegado aos 18-19%. Contudo, quando em 1905-6, o relatório Nightingale deu informações sobre a mortalidade de 58 roças das duas ilhas, a taxa média na de S. Tomé era apenas 3,5%; no Príncipe, apesar de não ter ainda começado a grande campanha contra a doença do sono, estava em 12,8%.²⁹

²⁷ “Sendo a aquisição de braços...uma questão de vida ou de morte para a ilha de S. Thomé, não se compeehende, na verdade, como possa ser posto em dúvida o bom tratamento dos serviços contractados...não só quando elles prestam aos seus patrões o concurso do trabalho...mas tambem quando, por motivo de doença, os patrões se vêem privados de tão valioso concurso, pois, n’este caso, todas as razões de conveniencia, e até as mais elementares considerações de bom senso, aconselhariam os patrões, por seu proprio e, sem dúvida, legitimo interesse, a dispensar-lhes todos os possiveis cuidados da mais sollicita e caridosa enfermagem.” SOUSA FARO, 1908: 158.

²⁸ Desde o Regulamento Provincial de 17/8/1880 que havia disposições legais sobre as instalações. O decreto de 16/7/1902 tornou obrigatórias os dispensários e creches e previa multas para os refractários. Ao contrário da restante legislação laboral para S. Tomé, estas disposições foram precedidas e largamente ultrapassadas pelas iniciativas das administrações das roças. BOLETIM OFICIAL DE S. TOMÉ, 1902: apenso n.10.

Ora, sabe-se que, a partir dos finais da década de 1890, a renovação de instalações das roças se generalizou: em 1905-6, 44 (75%) das 59 roças vistoriadas pelo cônsul Nightingale já tinham habitações para serviçais consideradas boas (geralmente construídas com pedra, madeira e telha). Na mesma vistoria, a situação das instalações hospitalares nas duas ilhas e os seus efeitos sobre a mortalidade pode ser resumida da seguinte forma:

Quadro 2 – S. Tomé e Príncipe
– instalações hospitalares nas roças. Ano de 1905

Qualidade das instalações	Total de roças	Taxa média de mortalidade (%)
Boa ou muito boa	35	5,7
Má	7	7,6
Sem hospital	17	8,7

Fonte: PRO – FO, 367/18

A associação entre os investimentos hospitalares e a diminuição da taxa de mortalidade devia já ser tão evidente, que das 7 roças com hospitais ou dispensários considerados deficientes, 6 estavam a preparar a construção de novos; o mesmo acontecia com 6 das 17 roças ainda sem hospital³⁰.

As informações da Comp^a das Neves mostram que os resultados terão continuado nas décadas seguintes: entre 1932-36, a taxa média de mortalidade nas duas roças da firma (então com cerca de 950 trabalhadores adultos) foi de 2,4%.³¹ Deste modo, a variável com maior determinação no factor permanência (e na totalidade do tempo de vida útil) parece ter tido uma diminuição mais intensa durante o primeiro terço do ciclo (c. 1880-1910) para depois estabilizar em níveis mínimos³².

A evolução do outro factor de permanência, a taxa de evasão, é menos clara mas a sua ponderação parece muito menor. Em 1905,

²⁹ Banco Nacional Ultramarino, 1882: 669.; A ROÇA BOA ENTRADA. 1906: 53,55. P.R.O. – Foreign Office, FO 367/18. No caso do relatório Nightingale, a média de anos observados foi de 3,0 para S. Tomé e 4,1 para o Príncipe.

³⁰ Tal como o Regulamento previa, algumas das roças sem hospital que ficavam a curta distância do Hospital Central utilizavam-no em alternativa.

³¹ COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1933-37.

³² Mínimos relativamente aos níveis de idênticas explorações de capital intensivo em regiões tropicais. Por exemplo, no caso mais directamente comparável com as roças de S. Tomé – as minas do Rand – a mortalidade durante a década de 1900 parece ter oscilado entre 3,1 e 13,5%. RELATORIO ACERCA DAS CAUSAS... 1904: 9.

num total de 18 146 trabalhadores adultos, os roceiros declararam ter apenas 130 (0,7%) em fuga ³³.

Relativamente a **U**, isto é, ao aproveitamento laboral dos residentes, pode também observar-se uma evolução positiva, ou pelo menos, um ponto de chegada que algumas administrações consideraram satisfatório. Entre 1958 e 1964, a percentagem média de “*jornadas perdidas*” na roça Água-Izé – uma das maiores de S. Tomé e contando com mais de 1.500 trabalhadores adultos – foi de 5,7. No mesmo total, a percentagem explicada por “*hospitalizações e convalescenças*” oscilou entre 3 e 5%, o que reduz consideravelmente a percentagem dos outros factores de não laboração ³⁴. Como não pode deixar de ser, será necessária uma historiografia completa das atitudes perante o trabalho – do absentismo às resistências colectivas – para definir a evolução de **U**.

Com base apenas nestas amostras e dados os movimentos contraditórios das variáveis, é impossível determinar como evoluiu o valor da força de trabalho “escrava” nas ilhas. Só a comparação de séries de custos de recrutamento (**k**), de manutenção (**v**), bem como dos tempos de vida útil (**t**), poderá esclarecer definitivamente até que ponto houve vantagens concorrenciais face aos produtores de outras regiões.

Apesar do actual grau de incerteza, parece plausível a hipótese de, a partir dos grandes investimentos das décadas de 1890-1910, em S. Tomé, o crescimento dos custos de recrutamento e de manutenção do activo “escravo” ter sido inferior ao crescimento do seu tempo de vida útil. A ser assim, as roças teriam conciliado durante algum tempo as vantagens aparentemente contraditórias de duas formas de apropriação do sobre-trabalho. A forma primitiva, o escravagismo, foi aproveitada para conservar os custos de manutenção em níveis praticamente restringidos às necessidades primárias, excepção feita ao tabaco e ao álcool em doses controladas; a forma moderna, o trabalho assalariado sem custos de recrutamento, foi sendo atingida através da redução progressiva dos encargos de amortização do “escravo” enquanto activo fixo.

Para uma avaliação destas tendências, no ponto seguinte são comparados custos laborais, dentro e fora do ramo do cacau.

³³ PR.O. – *Foreign Office*. FO 367/18. Do total, 78 foram declarados por uma só roça: “Angra Toldo”, na ilha de S. Tomé.

³⁴ COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE. 1959-1965.

3.1.2. Custos laborais comparados

Para comparar os custos laborais de S: Tomé, é preciso reunir elementos representativos da sua grandeza absoluta. Como se sabe, os custos laborais totais são formados pelas despesas de recrutamento e manutenção, incluindo estas últimas as parcelas do salário directo e indirecto, bem como as despesas de vigilância específicas do trabalho “escravo”. Através de testemunhos indirectos, Clarence-Smith apresentou um conjunto de médias para o período 1882-1913³⁵ mas a melhor fonte são as próprias firmas quando nas suas contas de “Ganhos e Perdas” apresentam o desenvolvimento das contas de exploração. São, entre outros, os casos da Roça Boa Entrada³⁶, da Comp^a da Ilha do Principe³⁷, da Comp^a da Roça Vista Alegre³⁸ e da Comp^a das Neves³⁹. Trata-se de uma pequena amostra de custos laborais, de representatividade não testada, mas que serve para obter ordens de grandeza em comparações.

Como protótipo de um mercado de trabalho “livre” no ramo do cacau, uma primeira comparação poderá utilizar o litoral da

³⁵ CLARENCE-SMITH, 1992

³⁶ Entre 1900-1906, foram considerados como custos laborais desta firma as verbas designadas por: “Pessoal Dirigente: Salario, alimentação e passagens”; “Pessoal Trabalhador: Resgates, salario, alimentação, roupas e diversos”; “Hospital: Medico, enfermeiro e serventes, medicamentos, mobilia, roupa e diversos”; “Obras: Materiaes, ferramentas, operarios e serviçaes”; “Iluminação: candieiros e petroleo”; “Despesas diversas”.

³⁷ No ano de 1900, foram considerados como custos laborais desta firma as verbas designadas por “Ordenados de empregados e gratificações”; “Ferias de serviçaes”; “Alimentação dos empregados”; “Dita dos serviçaes”; “Dita extraordinaria, dietas e vstuario dos serviçaes”; “Medicamentos”; “Diversas”; “Engajamento de colonos” e todas as verbas relativas a reparações em edificações.

³⁸ Os anos de 1904 e 1906 são os únicos em que as “despesas de exploração” desta firma aparecem desenvolvidas em três contas: “Ordenados e salários ao pessoal”; “Mantimentos e mercadorias diversas”; “Seguros, direitos e fretes”. As duas primeiras foram consideradas relativas aos custos de recrutamento e manutenção de trabalhadores.

³⁹ Das três firmas, a Comp^a das Neves é a que apresenta mais desenvolvidas as suas contas de exploração; por exemplo, no ano de 1932, as verbas relativas a custos laborais directos são: “Rancho, fretes, seguros e direitos”; “Ordenados europeus”; “Salarios e gratificações ao pessoal indígena: “Repatriação e recontratos de pessoal indígena”; “Licenças de enterros e registos de nascimentos”; “Utensilios, sabão e artigos para iluminação”; “Custeamento do Hospital”. Visto que as amortizações de equipamentos fixos para consumo dos serviçais (sanzalas e outros edificios) também devem ser incluídos nos custos manutenção, foi acrescentada a verba de “Material para construções e reparações”.

República do Equador, que durante quase duas décadas foi o primeiro produtor mundial do ramo.⁴⁰

Quadro 3 – Custos laborais totais em explorações de cacau (reis /dia)

Anos ⁴¹	S. Tomé – Boa Entrada	S. Tomé – C ^a I. Príncipe	S. Tomé – Vista Alegre	S. Tomé – Neves	Equador
1900-1906	\$139	\$299	\$312	–	\$578
1914-1918	–	–	–	\$588	\$752

Fontes: Para S. Tomé, ROÇA BOA ENTRADA, 1906; COMPANHIA DA ILHA DO PRINCIPE, 1901; COMPANHIA DA ROÇA VISTA ALEGRE, 1905, 1907; COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1919. Para o Equador, MAIGUASHCA, Juan, 1996:78

Embora os anos não sejam directamente comparáveis, a ordem de grandeza parece suficiente para concluir que, pelo menos até à I Guerra, os custos do trabalho “escravo” em S. Tomé foram inferiores aos dos assalariados no Equador. Sabe-se também que o nível salarial dos trabalhadores migrantes equatorianos não era especialmente alto. Entre 1870-1930 as regiões montanhosas do interior do país satisfizeram, e provavelmente em excesso, a procura de braços das províncias costeiras⁴².

Pode adiantar-se que essa terá sido mais a excepção do que a regra nas chamadas “frentes” do cacau. Dado o baixo nível técnico necessário para esse ramo agrícola, o seu cultivo foi quase sempre feito em pequenas explorações camponesas, tanto nas Américas como nas regiões africanas e asiáticas que depois o adaptaram. Independentemente de as áreas para onde o cultivo se expandia esta-

⁴⁰ Segundo Chiriboga, depois da Revolução de 1895, “a true wage labour market developed in Ecuador”. Os distritos onde se situavam as plantações de cacau utilizavam trabalhadores migrantes de outras áreas do litoral e das regiões montanhosas do interior. O câmbio sucre/esterlino foi feito admitindo a paridade de 1914 para os anos de 1900, 1905 e 1914. Como a cotação do sucre desceu até 1914, os salários anteriores a esse ano contêm um erro por defeito na conversão para a moeda portuguesa. MAIGUASHCA, Juan, 1996: 77-78.

⁴¹ Para a comparação 1900-1906, em S. Tomé: Roça Boa Entrada = média 1900-1905; Comp^a da Ilha do Príncipe, 1900; Comp^a da Roça Vista Alegre = média 1904 e 1906; no Equador: média 1900 e 1905. Para a comparação 1914 -18, em S. Tomé: Comp^a Agrícola das Neves, 1918; no Equador, 1914. Relativamente à comparação 1914 -18, note-se que, dada a tendência inflacionista de ambos os mercados, a data mais tardia de S. Tomé introduz outro erro por defeito relativamente aos salários do Equador.

⁴² Sobre as causas das migrações, Maiguashca diz que “population growth appears to have outstripped economic growth”. MAIGUASHCA, 1996: 77.

rem ou não apropriadas juridicamente e de haver trabalhadores disponíveis, a “frente” era constituída por uma floresta por arrotear. Daqui decorre que muitos assalariados – migrantes ou não – se convertiam facilmente em produtores independentes.⁴³ Sempre que não houve coerção extra-económica (do tipo da escravatura doméstica entre os Duala dos Camarões, das corveias tribais no Gana ou do trabalho forçado pela administração colonial na Costa do Marfim), os salários do cacau tendiam portanto a estabilizar em níveis considerados altos, se bem que não se disponham de séries para comparação.

Assim, na ausência de processos de proletarianização irreversíveis, a manutenção de um *hinterland* de recrutamento “escravo” constituía uma vantagem concorrencial em qualquer “frente” de cacau⁴⁴. Foi essa aliás a grande diferença entre a exploração de S. Tomé e a de Fernando Pó. Na ilha espanhola, houve várias tentativas para assegurar um fluxo regular de “escravos”: até 1900, da África Ocidental Britânica; entre 1919-26, através de um acordo com o governo da Libéria (que terminou com um inquérito da Sociedade das Nações); até cerca de 1930, da pequena colónia da Guiné Equatorial. Todas falharam, tal como a tentativa para submeter a população Bubi local e daí resultou o declínio das plantações europeias, que nunca tinham atingido grandes dimensões.⁴⁵ Em contrapartida, as plantações de S. Tomé e Príncipe beneficiaram, depois das campanhas militares das décadas de 1890-1900, dos reservatórios de “contratados” angolanos e, em menor escala, de moçambicanos. Dentro da ordem colonial, o trabalho “escravo” do género de S. Tomé passou a alimentar-se mais do recrutamento “legal” que do antigo tráfico (cada vez mais internacionalmente vigiado). Como é sabido, a disponibilidade destas reservas nem sempre evitou interrupções do fluxo. Os períodos correspondentes às operações militares ao longo das redes de resgate e à intensificação das pressões

⁴³ Esse fenómeno poderia ocorrer numa região afastada da “frente” inicial – como aconteceu com a difusão do cultivo pelos trabalhadores migrantes da Nigéria Ocidental no seu regresso a casa – ou na própria região de cultivo – como aconteceu com os assalariados Kru e Bakwe na Costa do Marfim. MONGA, 1996: 125; CHAUVEAU, 1996: 185-7.

⁴⁴ Na ausência de expropriação fundiária das populações africanas pela nova ordem colonial, o recrutamento em regime de contrato (“indentured labour”) para as plantações inglesas e francesas das Caraíbas foi um fracasso. Como explica Northrup, “*short of reviving the methods of the slave trade*”, não havia “*social and economic circumstances that made people willing recruits*.” NORTHROP: 1995, 51.

⁴⁵ Entre 1930 e 1948 pararam as concessões de terrenos em Fernando Pó. SUNDIATA: 1996, 114.

diplomáticas também causaram períodos de saldo demográfico negativo nas roças: por exemplo, na década de 1930, quando as repatriações continuaram apesar de estar parada a importação de Angola. Contudo, a regularidade dos fluxos anteriores tinha permitido instalar um “modo de cultivo escravocrata” que já exercia efeitos sobre o tempo de vida útil dos trabalhadores remanescentes e que, em função disso, pôde evitar a diminuição significativa da escala da produção e das correspondentes economias de escala.

Embora para a avaliação da rentabilidade do trabalho “escravo” só contem as comparações com custos de outras explorações de cacau, os roceiros chegaram a afirmar que os seus “serviçais” ficavam mais caros que alguns trabalhadores em Portugal ⁴⁶. A ser assim, a conclusão seria que o aumento dos encargos de amortização (k / t) teria sido de tal ordem que anularia a diferença de custos de manutenção. Isto porque os baixos custos de manutenção constituem a principal vantagem concorrencial da força de trabalho “escrava” sobre a assalariada visto os “escravos” terem as suas necessidades sociais estabilizadas num nível mais próximo da simples reprodução física. Note-se que, na medida em que os seus custos de manutenção eram assegurados maioritariamente em espécie e sociabilizados através de equipamentos colectivos, o processo de incorporação de novas mercadorias nas necessidades sociais era mais demorado. ⁴⁷

No quadro 4, comparam-se os custos laborais de duas firmas de S. Tomé com salários agrícolas e industriais em Portugal. Trata-se de outra comparação avulsa, destinada apenas a obter ordens de grandeza no tempo e na qual o critério de selecção dos custos laborais de S. Tomé foi a taxa máxima e dos salários portugueses, a taxa mínima ⁴⁸.

⁴⁶ A afirmação de que os serviçais seriam mais caros do que os trabalhadores rurais portugueses é da Sociedade de Emigração para S. Tomé, um dos representantes do lobby dos roceiros. CLARENCE-SMITH, 1992: .

⁴⁷ A este respeito, seria conclusivo inventariar quando é que mercadorias como o tabaco ou tecidos duráveis, já indispensáveis a qualquer trabalhador assalariado, foram incluídos nos custos de manutenção dos “serviçais”. Em 1907, os roceiros ainda ironizavam a respeito da acusação de que os “serviçais” embarcados recebiam roupas “baratas” e no ano seguinte, continuavam a achar importante mencionar o tabaco como prova da “benevolência e relativo conforto que os serviçais encontram em S. Thomé”. O CACAU DE S. THOMÉ, 1907: 28; *Portugal em África*, 1908: 171.

⁴⁸ Nestas décadas, o ramo dos lanifícios apresenta as médias mais baixas da indústria têxtil (que, como se sabe utilizava maioritariamente trabalho feminino e/ou não adulto). As “tarefas agrícolas” apresentam médias nacionais de “jornais” pagos em 4 das tarefas de mais baixo salário (“lavoura”, “sementeira”, “sacha e amontoa” e “rega”).

Quadro 4 – Custos laborais (reis /dia)

Anos ⁴⁹	S. Tomé – Vista Alegre e Neves	Portugal –lanifícios (1ª Circunscrição)	Portugal – tarefas agrícolas (masc.)	Portugal – tarefas agrícolas (fem.)
1904-1906	§312	§343	–	
1932-1934	2§29	6§98	7§17	4§00
1942-1944	3§07	11§00	12§57	7§21
1952-1954	15§95	19§68	19§43	11§31

Fontes: para S. Tomé, COMPANHIA DA ROÇA VISTA ALEGRE, 1905, 1907; COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1933-1955;

para os lanifícios portugueses: em 1906, BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL, 1907; nas décadas seguintes: DIREÇÃO GERAL DE FINANÇAS – Anuário Estatístico de Portugal;

para as tarefas agrícolas em Portugal: DIREÇÃO GERAL DE FINANÇAS – Anuário Estatístico de Portugal.

A comparação mostra custos aproximados durante a década de 1900, que em S. Tomé correspondeu à fase de instalação dos equipamentos das roças. Todas as amostras tiveram em seguida uma tendência para a alta mas com os custos de S. Tomé a crescerem com menos intensidade que os mais baixos salários metropolitanos. Atendendo a que, com o desaparecimento do tráfico, os custos de recrutamento e a frequência das repatriações se elevaram, seria esperado que as diferenças relativamente aos salários portugueses diminuíssem ou, pelo menos, que não aumentassem tanto.

De facto, a diferença pode ter sido inferior à do quadro 4. No uso do trabalho “escravo” só há correspondência entre custos e tempos de trabalho se a rotação de *k* se fizer com taxas de permanência e utilização de 100%. Ao contrário do que acontece com o emprego de assalariados, os encargos com a manutenção e amortização de uma força de trabalho “escrava” são fixos e portanto pesam sobre todo o seu tempo de permanência, útil ou não útil.

É precisamente por isso que a rentabilidade do capital “escravo” pode ter melhorado com taxas de repatriação mais altas. Um exemplo real poderá tornar este ponto mais claro. Em 1910, Cadbury calculou que, com custos de recrutamento de 19,7 contos e uma taxa de mortalidade 15% no primeiro ano, a não repatriação de 100 serviçais contratados por 5 anos fazia os roceiros poupar 18,1 con-

⁴⁹ Para a comparação 1904-1906, em S. Tomé: Comp^a da Roça Vista Alegre = média 1904 e 1906; em Portugal: lanifícios da 1ª Circunscrição Industrial, 1906. Para 1932-34 e seguintes, os custos são directamente comparáveis entre a Comp^a Agrícola das Neves e os salários metropolitanos.

tos⁵⁰. Simplesmente, esta economia em **k** poderia ser facilmente contrariada em **t**: tudo dependia de como, numa força de trabalho desgastada, variassem as taxas de permanência (**S**) e de utilização (**U**). Com os valores de Cadbury, a recontração faria passar os custos laborais diários per capita de \$196 para \$139 (-29%)⁵¹ mas apenas na condição de, a partir de **t2** (o segundo ano do primeiro contrato), as taxas de **S** e **U** permanecerem em 100%. Se, para o total dos 9 anos seguintes, ambas baixassem para uma média anual de 70% – em resultado, por exemplo, de uma taxa anual de mortalidade de cerca de 3,3% e de uma redução equivalente dos dias trabalhados – os custos laborais diários per capita já seriam superiores aos da situação de repatriação ao fim de 5 anos: \$216 (+ 10%). De facto, sabe-se que quando as roças não repatriavam – como acontecia antes da I Guerra – as administrações se queixavam de que os membros do agregado familiar não activos e a força de trabalho incapacitada representavam custos fixos, que convinha fazer desaparecer na primeira oportunidade⁵². Também para este ponto será necessária mais informação para estabelecer o efeito da rotatividade dos efectivos (**tN**) sobre **S** e **U**.

Em todo o caso, se a ordem de grandeza do quadro 4 fôr confirmada, a conclusão será que, relativamente à agricultura assalariada, as firmas de S. Tomé aumentaram a sua vantagem em custos laborais precisamente durante o período (1930-60) em que a baixa da fertilidade as obrigou as à aplicação de mais horas de trabalho por hectare.

3.1.3. Produtividades comparadas

É hoje consensual reconhecer a importância de uma “renda florestal” na agricultura do cacau: em todas as “frentes”, os rendimen-

⁵⁰ CADBURY, 1910: 47.

⁵¹ Para facilidade de exposição, abstrai-se nestes exemplos do aumento salarial concedido aos serviços recontraçados.

⁵² Em alguns relatórios da década de 1930, correspondentes a anos sem entradas de trabalhadores, a Comp.^a da Ilha do Príncipe queixou-se dos problemas da “*idade avançada*” dos seus serviços. Também a Comp.^a das Neves, num período em que a maior rotatividade dos adultos já não tornava rentável a manutenção de menores (reembarcados com os pais), se queixou de ter muitos trabalhadores improdutivos: “*verifica-se...que quase por cada trabalhador utilizado nos serviços agrícolas. temos de alimentar, vestir e dar assistência hospitalar e medicamentosa, a uma mulher ou a uma criança que pouco ou nada produzem*”. COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE, 1936:8; 1938:9; COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1957:7.

tos do terreno virgem fazem com que seja mais produtivo arrotear floresta do que replantar árvores ou fertilizar solos. A experiência dos focos cacauzeiros mostra que após a fase de maturação das árvores, em que são atingidos os máximos de tonelagem por hectare, se passa irreversivelmente para rendimentos decrescentes. Trata-se de um ciclo natural, de duração determinada por variáveis botânicas e climáticas, e, por consequência, relativamente alheio às comparações entre “modos de cultivo”. Na década de 1950, os agrónomos portugueses já tinham concluído que em roças abertas há praticamente um século – como as de S. Tomé – o esgotamento dos solos e a senilidade das árvores, mais do que qualquer perturbação climática ou patogénica, explicava a diminuição da fertilidade.⁵³ Outras regiões produtoras associadas à pequena exploração – Gana, Nigéria, Camarões, Costa do Marfim – tiveram ciclos semelhantes.

Neste enquadramento, torna-se necessário definir o intervalo de tempo em que se fazem as comparações de produtividade. A avaliação de “modos de cultivo” – menos intensivo no caso das explorações camponesas e mais intensivo no caso das plantações – só pode ser feita para explorações da mesma idade. Várias circunstâncias – geográficas e históricas – fizeram com que a agricultura camponesa do continente tivesse à sua disposição mais hectares virgens que os seus concorrentes confinados às ilhas e pudesse assim beneficiar de um prolongamento das “rendas florestais”. Deste modo, a superioridade deste “modo de cultivo” não pode ser demonstrada se a comparação se fizer de modo avulso entre explorações de pequena duração – como a maioria das do Golfo da Guiné – e explorações obrigadas a prolongarem-se no mesmo solo – como as plantações de S. Tomé.

A “renda florestal” constitui portanto um factor de formação de rendas diferenciais mas não é o único. Quando desaparece, a produtividade das explorações de cacau depende cada vez mais das quantidades de trabalho aplicadas por unidade de superfície visto que a

⁵³ Segundo Marques de Almeida “*Depois de começarem a escassear as terras próprias e fáceis à cultura do cacau, a produção, atingido o seu máximo, estabiliza-se. Mas as plantações vão envelhecendo, o rendimento das árvores vai diminuindo, e estas, por condição própria da idade, tornam-se cada vez mais susceptíveis às várias doenças, quer fitopatológicas, quer entomológicas. Ao mesmo tempo, a exploração intensiva numa região tropical vai consumindo a fertilidade dos terrenos, os elementos nutritivos vão a pouco e pouco rareando, e se a intervenção do homem, com um forte apoio da técnica, sofre qualquer atraso, a derrocada é inevitável.*” Citado por LAINS, 1958: 107-108 (sublinhado não original).

queda da fertilidade e a senilidade dos cacauzais podem ser contrariados por benfeitorias e replantações. Atendendo à natureza dos cultivos, a maioria das acções mecânicas exigidas – arroteamentos e derrube de árvores, reconstrução de valas de irrigação, abertura de covas etc. – foram durante muito tempo difíceis de mecanizar e podem por conseguinte ser reduzidas a horas de trabalho simples.

Nesta fase do ciclo natural do cacau, a maior rigidez dos custos laborais deu mais uma vantagem concorrencial às plantações que utilizavam trabalho “escravo”. Visto que para contrariar a diminuição da diferença entre o preço regulador e o preço de produção individual ($\text{Pr}-\text{Pi}$), decorrente da diminuição da fertilidade natural, se torna necessária uma variação inversa e mais que proporcional das quantidades produzidas, a manutenção da massa da renda diferencial implica um aumento do investimento por hectare. Dado o movimento aleatório das cotações, seria inevitável que alguns destes investimentos fossem feitos em contra-ciclo, isto é, com as receitas em queda. Nas explorações pouco intensivas em capital e com custos de produção elásticos, as diminuições de rendimento decorrentes da baixa da fertilidade natural teriam maiores probabilidades de induzir a desinvestimentos, o que viria a acelerar o decréscimo da produtividade por hectare⁵⁴. O abandono de muitos pequenos produtores ao longo da “frente” de cacau durante a recessão da década de 1930, da Venezuela aos Camarões, parece explicado por esta sequência.

Em contrapartida, as roças de S. Tomé, com os seus serviços quase vitalícios, tinham custos laborais rígidos, totalmente independentes das cotações do cacau ou da necessidade de restaurar a fertilidade dos terrenos. Durante a rotação do seu custo de recrutamento, constituíam portanto reservas de trabalho pouco elásticas, geralmente com tempo de sobre-trabalho disponível para aplicação em benfeitorias agrícolas⁵⁵. Como tal, as roças conseguiram mais facilmente contrariar os diferenciais ($\text{Pr}-\text{Pi}$) com variações de Q e tudo indica que, a partir de meados da década de 1950, essa vantagem se tornou mais importante na estabilização das rendas diferenciais de S. Tomé.

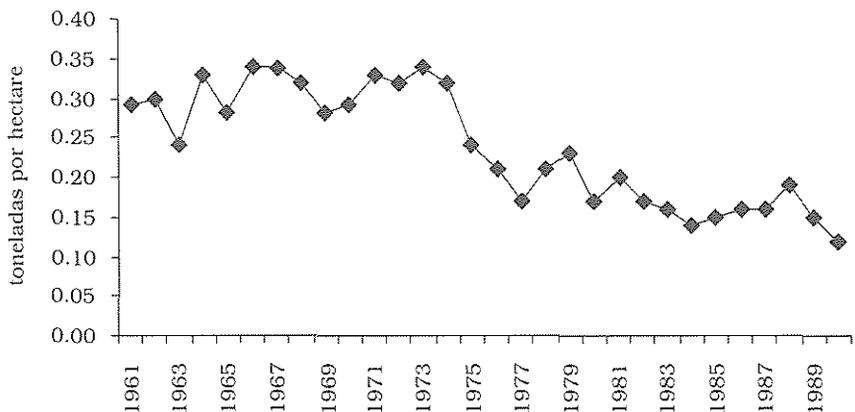
⁵⁴ Falando sobre a substituição do café pelo cacau, Lains refere que “*Paradoxalmente, quanto menos produz uma cultura, menos cuidados se lhe dispensam.*” LAINS, 1958: 100.

⁵⁵ O arroteamento de um hectare de floresta para plantação de cacau pode ser estimado em cerca de 150 dias de trabalho/ano; a simples manutenção anual exige apenas 52 horas de trabalho/ano. CAMPBELL, G., 1996: 202.

As crises mundiais de sobre-produção posteriores a 1959 mostraram igualmente os limites desta inelasticidade dos inputs de trabalho, que era proporcional à manutenção do trabalho “escravo”. Isto porque a partir de então, a descida das cotações fez com que mesmo as “roças” de S. Tomé comesçassem, para reduzir custos, a *dispensar* trabalhadores. Tratava-se exclusivamente dos cabo-verdianos recontratados, que tinham ficado nas ilhas à sua conta, bem como dos “*nativos*” de S. Tomé, requisitados por empreitada e por cuja proletarianização os roceiros tanto se tinham batido nas décadas anteriores. À semelhança das pequenas explorações do Continente, o círculo vicioso entre as diminuições da fertilidade natural e do investimento começou portanto a avançar, embora condicionado pelo facto de a maioria dos “contratos” (de angolanos) continuar a ser de longa duração ⁵⁶.

A descapitalização e o fim do regime do “contratos” que se seguiram à nacionalização das roças é outra prova *a contrario* da associação entre a fertilidade dos terrenos e encargos de “*mão de obra*” fixos. Considerando os períodos 1961-74 e 1975-1990, a produção média por hectare de S. Tomé e Príncipe passou de 306 para 177 toneladas – uma diminuição de 47%.

Gráfico 2 – S. Tomé e Príncipe – produtividade do cacau. 1961-1990



⁵⁶ Segundo os relatórios das firmas, continuava a haver uma maioria de “contratados” (os trabalhadores importados) relativamente aos “assalariados” (os nativos, contratados a termo certo).

Assim, o fim do trabalho intensivo, típico das plantações de “*contratados*”, significou igualmente o fim da correcção agronómica e levou à segunda maior queda de produtividade de todo o ciclo do cacau.

4. Conclusões

Não está ainda disponível informação estatística suficiente para descrever a evolução da taxa de lucro das plantações de cacau de S. Tomé. As hipóteses que, à partida, parecem mais aptas para a enquadrar são:

- a) a inclusão de uma renda diferencial nos lucros das firmas de cacau. Nesta situação de renda, a massa do lucro apropriado esteve sobretudo dependente das diferenças entre preços de produção no mercado mundial. Como tal, o nível absoluto dos custos de produção em S. Tomé não constitui uma variável explicativa.
- b) decorrente de a), a inexistência de uma associação entre a diminuição da rentabilidade e a persistência do trabalho “escravo”.

Sobre este último ponto, parecem plausíveis as hipóteses de que:

- b1) o aumento dos custos de recrutamento e manutenção dos trabalhadores importados foram contrariados pelo prolongamento do seu tempo de vida útil;
- b2) nas explorações de trabalho “escravo” com as condições de S. Tomé, a resultante dos factores referidos em b1) foi a persistência de custos laborais inferiores aos que, no ramo do cacau, empregavam assalariados;
- b3) em todo o ciclo, mas sobretudo depois do desaparecimento da “renda florestal”, a rigidez dos custos laborais do trabalho “escravo” favoreceu o investimento e contrariou a diminuição da produtividade dos terrenos, logo, a diminuição da massa das rendas diferenciais.

Dada a baixa composição de capital na agricultura do cacau (ramo maioritariamente constituído por pequenas explorações cam-

ponesas, cujos custos de produção não contabilizam parte do trabalho acrescentado), é provável que as rendas diferenciais tenham permanecido durante as últimas décadas em níveis inferiores à taxa média de lucro. Sendo assim, o facto de as plantações de S. Tomé terem pertencido a sociedades anónimas, para as quais a taxa de juro constitui a norma de rentabilidade, foi determinante para que se tivesse mantido estável uma composição intensiva de capital. Por sua vez, uma exploração de capital intensivo tinha-se tornado indispensável ao aproveitamento das vantagens do trabalho “escravo”.

Deste modo, o ciclo do cacau de S. Tomé parece ter representado uma combinação eficiente entre formas históricas distantes: uma moderna, o capital por acções, e outra primitiva, o trabalho “escravo”, isto é, uma força de trabalho com custos de recrutamento.

Fontes estatísticas e arquivísticas

BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL, 1907 – *1ª Circunscção Industrial*, nº 13, Lisboa

COLÓNIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE. SECÇÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA, COMÉRCIO EXTERNO E NAVEGAÇÃO, Lisboa/ S. Tomé, 1950-73;

DIRECÇÃO GERAL DE FINANÇAS – *Anuário Estatístico de Portugal*. Anos de 1932-34

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA – *Estatística Comercial*, Lisboa, 1931-38;

FAO, <http://apps.1.fao.org>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Anuário Estatístico*. Anos de 1942-44; 1952-54

MINISTERIO DAS FINANÇAS. DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA E DOS PRÓPRIOS NACIONAIS – *Estatística Comercial. Comércio e Navegação*, Lisboa, 1907-30;

PR.O. (Public Records Office) – Foreign Office, FO 367/18, *Confidential Print 8806*

Bibliografia

- A ROÇA BOA ENTRADA, 1906 – Lisboa, Tip. “A Editora”
- AUSTIN, Gareth, 1996 – *Mode of Production or Mode of cultivation: Explaining the Failure of European Cocoa Planters in Competition with African Farmers in Colonial Ghana* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, pp. 154-175.
- BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, 1882 – *Relatorios*. Lisboa
- BOLETIM OFICIAL DE S. TOMÉ, anos 1875-1914
- CADBURY, WILLIAM A., *Os Serviçães de S. Thomé*, Porto, Tip. Mendonça
- CAMPBELL, G., 1996: *The coca frontier in Madagascar, the Comoro Islands and Réunion, c. 1820-1970* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 195-211
- CANCELA, J. Paulo Monteiro, 1902 – *Impressões de uma viagem ás Ilhas de S. Tomé e Príncipe*. Congresso Colonial Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional
- CHAUVEAU, Jean-Pierre; LÉONARD, Eric, 1996 – *Côte d’Ivoire’s Pioneer Fronts: Historical and Political Determinants of the Spread of Cocoa Cultivation* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 176-194
- CLARENCE-SMITH, W. G., 1992 – *O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe* in “Revista Internacional de Estudos Africanos”, nº114-15, 1991, p. 7-33
- CLARENCE-SMITH, William Gervase, 2000 – *Cocoa and Chocolate*, London, Routledge
- CLARENCE-SMITH, William Gervase; RUF, François, 1996 – *Cocoa Pioneer Fronts: The Historical Determinants* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p.1-22
- COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES, 1919-69 – *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*
- COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE, 1900, 1932-1974 – *Relatório e Contas*
- LAINS E SILVA, Helder – *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar
- MAIGUASHCA, Juan, 1996 – *Ecuadorian Cocoa Production and Trade* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press
- MANTERO, 1911 – *La main d’œuvre à S. Thomé et à l’île du Prince*, Lisboa, Tip. do Anuário Comercial

- MARX, Karl, 1977 – *Le Capital*, Paris, Ed. Sociales.
- MONGA, Yvette D., 1996 – *The Emergence of Duala Cocoa Planters under German Rule in Cameroon: A Case Study of Entrepreneurship* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 119-136.
- MORBAY, T., 1991 – *Manual do Cacau*, Porto, Cultivar – Associação de Técnicos de Culturas Tropicais
- NOGUEIRA, A. F., 1885 – *A Ilha de S. Thomé sob o ponto de vista da sua exploração agrícola*. “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, V série, nº 7, p. 401-455
- NORTHRUP, David, 1995 – *Indentured labor in the age of imperialism, 1834-1922*, New York, Cambridge University Press
- O CACAU DE S. THOMÉ. RESPOSTA DOS AGRICULTORES DA PROVINCIA DE S. THOMÉ E PRINCIPE, Lisboa, Tip. A Editora
- RELATORIO ACERCA DAS CAUSAS DA MORTALIDADE DOS INDIGENAS DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE QUANDO TRABALHANDO NAS INDUSTRIAS MINEIRAS DO TRANSVAAL , 1904. Lourenço Marques, Imprensa Nacional
- SOUSA E FARO, Conde de, 1908 – *A Ilha de S. Tomé e a Roça Agua-Izé*, Lisboa, 1908, Tip. Do Anuário Comercial
- SUNDIATA, Ibrahim, 1996 – *Equatorial Guinea: The Struggle for a Cocoa Economy, 1880-1930* in “Cocoa Pioneer Fronts since 1800”, dir. William Gervase Clarence-Smith, London, MacMillan Press, p. 119